

CEDI

Povos Indigenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: Pacto Amazônico
 Data 22.04.79 Pg.: 31

**Ministro explicará
o Pacto Amazônico**

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O ministro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, comparecerá à Comissão de Relações Exteriores da Câmara, para falar sobre o Pacto Amazônico. A informação é do deputado João Menezes (MDB-PA), para quem "até hoje ninguém sabe, na verdade o que representa o tão falado pacto". A data da visita do ministro ainda não foi marcada.

O representante paraense recordou que o envolvimento das notícias sobre o documento em um ambiente nebuloso, "com muita propaganda mas pouco esclarecido", levou-o, sem sucesso, ano passado, a requerer a convocação do ministro Azeredo da Silveira para que, em sessão pública ou secreta, esclarecesse à Nação o que envolve o Pacto Amazônico.

Paralelamente, o deputado João Menezes acentua que a Amazônia vive o seu momento histórico diante do desafio representado pela cobiça geral à imensa reserva florestal, face às grandes necessidades mundiais.

Com a transferência para a Amazônia de processos de colonização com significativos índices de sofisticação tecnológica, são empreendidas na área ações altamente predatórias contra os seus recursos florestais. Isto porque o modelo econômico adotado para a região consiste na implementação de grandes projetos agropecuários, com incentivos e apoio financeiro da Sudam, executados sem prévia investigação científica.

Informa-se, prossegue João Menezes, que só a Sudam aprovou 335 projetos agropecuários

abrangendo uma área de 7,8 milhões de hectares com autorização de 50% de desmatamento. Assim ele considera importante que se apure em suas verdadeiras dimensões o que os tecnocratas convencionaram chamar de contrato de risco para a exploração dos recursos florestais, o que seria um "suicídio ecológico", na definição de José Alfinito, secretário-geral da Sociedade de Preservação da Natureza.

Para o parlamentar oposicionista, tal política de ocupação e devastação tende a transformar a Amazônia em imenso deserto, antítese do grande lago previsto no projeto do Hudson Institute.

Menezes ressalta a advertência do professor Herald Slioi, de que a Amazônia retém hoje 25 por cento do gás carbônico da atmosfera, índice que poderá cair para 10 ou 12 por cento, caso a floresta atual seja substituída por uma floresta de estepes ou mesmo por pastagens.

Diante de tais fatos, João Menezes defende a proibição, por dez anos, da exploração e venda de madeira da Amazônia mediante contrato de utilização florestal, assim entendido como a autorização ou a transferência do direito para explorar recursos florestais da terra sob controle da autoridade pública, em glebas iguais ou superiores a mil hectares.

A política atual — conclui João Menezes — de grandes projetos agropecuários, com incentivos e apoio financeiro da Sudam, a cargo de empresas nacionais e estrangeiras, "representa a versão interna das freqüentes investidas externas contra a floresta Amazônica".